

A REPRESENTAÇÃO IMAGÉTICA AUDIOVISUAL COMO CARTOGRAFIA SOCIAL DA URBANIZAÇÃO: AUTOCONSTRUÇÃO EM 'FINAL DE SEMANA' E 'LOTEAMENTO CLANDESTINO'

Elton Conceição dos Santos

Universidade Federal do ABC (UFABC) | elton.santos@aluno.ufabc.edu.br

Sessão Temática 09: Cidade, História e Cultura em Disputa

Resumo: Essa pesquisa teve como objetivo compreender dois fenômenos urbanos de produção da cidade, que são a “autoconstrução” e os “loteamentos clandestinos”. Para isto, foram utilizadas como recurso de análise, as representações imagéticas e sonoras como elemento da cartografia social do espaço habitado pelas populações favelizadas, ou seja, as narrativas audiovisuais no seu gênero documentário. Portanto, foram analisados dois documentários: “Fim de Semana” (1975) e “Loteamento Clandestino” (1978). Como resultado, procurou-se analisar de que maneira essas representações influenciam a percepção e a organização dos espaços vividos e praticados.

Palavras-chave: Audiovisual, Planejamento Urbano e Territorial, Favelas, Autoconstrução, Loteamento Clandestino

AUDIOVISUAL IMAGERY AS A SOCIAL CARTOGRAPHY OF URBANIZATION: SELF-BUILDING ON 'WEEKENDS' AND 'CLANDESTINE ALLOTMENTS'

Abstract: *The aim of this research was to understand two urban phenomena in the production of the city: "self-building" and "clandestine allotments". To do this, we used image and sound representations as an element of the social cartography of the space inhabited by favela populations, in other words, audiovisual narratives in their documentary genre. Two documentaries were analyzed: "Fim de Semana" (1975) and "Loteamento Clandestino" (1978). As a result, the aim was to analyse how these representations influence the perception and organization of lived and practised spaces.*

Keywords: *Audiovisual, Urban and Territorial Planning, Slums, Self-building, Clandestine Allotments.*

LAS IMÁGENES AUDIOVISUALES COMO CARTOGRAFÍA SOCIAL DE LA URBANIZACIÓN: AUTOCONSTRUCCIÓN EN «FINES DE SEMANA» Y «HUERTOS CLANDESTINOS»

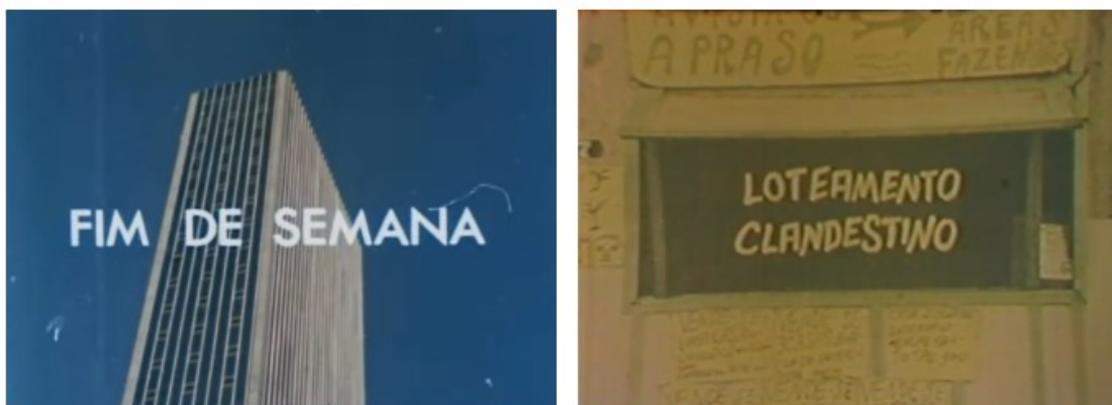
Resumen: *El objetivo de esta investigación fue comprender dos fenómenos urbanos en la producción de la ciudad: la «autoconstrucción» y los «huertos clandestinos». Para ello, se utilizaron representaciones de imagen y sonido como medio de análisis de la cartografía social del espacio habitado por las poblaciones de las favelas, es decir, narrativas audiovisuales en su género documental. Se analizaron dos documentales: «Fim de Semana» (1975) y «Loteamento Clandestino» (1978). El objetivo era analizar cómo estas representaciones influyen en la percepción y organización de los espacios vividos y practicados.*

Palabras clave: *Audiovisual, Urbanismo y Ordenación del Territorio, Chabolas, Autoconstrucción, Huertos Clandestinos.*

INTRODUÇÃO

Pretende-se neste artigo analisar duas obras audiovisuais que nos permitem observar as etapas do processo de urbanização das zonas periféricas do estado de São Paulo na década de 1970, são elas: “Fim de Semana” (1975) e “Loteamento Clandestino” (1978), ambos realizados pela pesquisadora e urbanista Ermínia Maricato e pelo cineasta Renato Tapajós (Figura 1). Os documentários foram idealizados e realizados por profissionais engajados com a reforma urbana e que tinham compromisso com a democratização do acesso à moradia e estavam em imersão com a realidade social retratada.

Figura 1: Frames dos filmes com o título da produção.



Nota: incluir explicação caso necessário.
Fonte: os autores.

Ermínia Maricato era recém formada em Arquitetura e Urbanismo (1971) quando começou a produzir os documentários e tinha acabado de defender o mestrado (1977) quando do lançamento de “Loteamento Clandestino” (1978). Maricato (2016) afirma que bancou os custos de produção do documentário “Fim de Semana” (1975) com recursos próprios; “eu peguei a indenização por ter saído de um emprego e paguei o filme (os custos de um 16mm) que contou com a participação gratuita de muitos amigos” e que foi exibido na reunião da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) de 1975; a pesquisa resultou no livro “A produção capitalista da casa e da cidade no brasil industrial” (1976). Já parte de sua tese de doutorado (1984) resultou no livro intitulado de “Política Habitacional no Regime Militar: Do Milagre Brasileiro à Crise Econômica” (1987) onde na apresentação ela faz o seguinte relato:

“Minha experiência anterior a este trabalho, particularmente a militância de 8 anos junto ao Movimento pela Regularização dos Loteamentos Clandestinos da Zona Sul de São Paulo, levou ao contato cotidiano com a produção doméstica de habitações, também chamada de autoconstrução ou autoprodução. Não me refiro tanto à favela, mas exatamente à casa precária, unifamiliar, casa própria em sua grande maioria, frequentemente ilegal em relação aos códigos e posturas relativas à construção e uso do solo, que de forma rarefeita ou não

ocupa a periferia desurbanizada das nossas cidades grandes e médias, cujo território é retalhado em pequenos lotes” (Maricato, 1984, p. 13)

Em síntese, o contexto da época analisada nestas obras audiovisuais, retratam dois dos fenômenos e processos de aprofundamento das desigualdades socioterritoriais enfrentados pelos países do terceiro mundo: a proliferação dos loteamentos clandestinos e o processo de autoconstrução de moradias precárias.

Uma nova modalidade na produção do espaço urbano esboçou-se nos anos 1930, mas só na década seguinte ela se expandiu, apoiada no lote “clandestino” ou “ilegal”, pois desrespeitava os regulamentos exigidos pelo poder público, e na autoconstrução da moradia, realizada pela família detentora do terreno, cuja confecção perdura anos e redundava na casa própria: é o assim chamado padrão periférico de crescimento urbano até os anos 1950, ainda situado em grande parte em território do Município (Kowarick, 2009, p. 164).

Através destas obras é possível evidenciar o problema da habitação como questão social, a carência habitacional, o mercado imobiliário, o populismo e a política social de habitação. Assim, “o loteamento irregular na periferia, ou a pura e simples ocupação ilegal de terras (ou mangues), e a autoconstrução da moradia tornaram-se as opções mais importantes para provisão de moradia dos migrantes nas grandes cidades” (Maricato, 1997, p. 37)

Esses documentários foram analisados com foco não apenas nas suas representações visuais, mas também no contexto social e histórico retratado, isto é, entendendo o processo de habitação como uma mercadoria especial, “que tem produção e distribuição complexas” (Maricato, 1997, p. 46). E deste modo a análise revelou que, para além da aparência superficial das imagens, mas na totalidade do seu conjunto, é possível perceber que os habitantes da periferia retratados pelas lentes dos cineastas reconhecem seu papel como sujeitos ativos e conhecedores de sua própria condição. Eles expressam suas inquietações e estratégias de resistência diante das adversidades, oferecendo uma visão mais aprofundada sobre a realidade vivida e as dinâmicas de poder e resistência dentro do espaço urbano.

Assim, a importância e a relevância atual do artigo se manifestam na análise da forte identidade de resistência que a população favelizada mantém frente às forças especulativas do capital neoliberal. Esta resistência é marcada por uma potência criativa que emerge mesmo diante das severas dificuldades enfrentadas pela comunidade.

Desde las décadas de 1960 y, sobre todo, 1970, momento en el que dos regiones industriales de São Paulo (la región del ABC paulista, en la zona sur, y Osasco, en la zona oeste) ya estaban consolidadas, el aumento poblacional de la ciudad se daría preferencialmente en la zona este, área sin oferta de empleos, casi sin ninguna infraestructura urbana, donde fueron loteadas 167 hectáreas. La intensificación de la desarticulación física y funcional entre áreas con ofertas de empleo y áreas de vivienda popular promovió el avance inconsecuente y predatorio sobre áreas rurales, de manantiales y otras áreas protegidas. Al mismo tiempo, la fiscalización y el acompañamiento del instrumento de control urbanístico se restringieron a las áreas más

consolidadas de la ciudad, de manera que la regulación del uso del suelo terminaría siendo proporcional a los valores de la tierra urbana, con lo que la aplicación de la norma sirvió para la valorización inmobiliaria. (Aravecchia-Botas, 2021, p. 15-16)

Como resultado, esta pesquisa tem como objetivo analisar a narrativa produzida sobre as favelas, tomando como objetos de estudo, estes dois importantes documentários que retratam a efervescência social da década de 70, marcada pela eclosão das favelas e pela consolidação das zonas periféricas. Diante do exposto, essas obras audiovisuais se destacam como importantes fontes históricas, tanto do processo de urbanização desses bairros, quanto como recursos essenciais para os estudos sobre o planejamento urbano e territorial.

MÉTODO DE ANÁLISE

De caráter qualitativo, a pesquisa busca compreender as questões específicas que surgem a partir dessas representações, considerando as transformações ocorridas ao longo do tempo. Grande parte da população ainda reside em favelas, e os panoramas que se repetem em diversas localidades refletem a luta contínua pela conquista de um espaço nas margens das grandes cidades, em meio a um ritmo acelerado de crescimento urbano. No entanto, um dos aspectos que se destaca hoje é o adensamento das áreas periféricas, que traz novas demandas e desafios para o planejamento urbano.

Adotando a abordagem da análise fílmica como processo de compreensão da realidade apresentada na obra, a partir das evidências que nos permitam tirar algumas conclusões do conjunto das periferias retratadas. A análise permite um olhar mais detalhado e comparativo da estrutura socioespacial dos territórios retratados, assim como também nos fornece evidências da segregação.

A consolidação do aparato técnico e tecnológico para a produção e reprodução de imagens tem sido utilizada como instrumento de captação e observação da realidade desde seu surgimento na sociedade industrial do século XIX. Inicialmente, com a criação do daguerreótipo por Joseph Nicéphore Niépce em 1826, e posteriormente com a invenção do cinematógrafo pelos irmãos Louis e Auguste Lumière, que o consolidaram após sua exibição pública. Esses primeiros filmes incluíam tanto a saída dos trabalhadores de sua fábrica de instrumentos ópticos ("La Sortie de l'usine Lumière à Lyon", França, 1895) quanto a chegada de um trem à estação ("L'Arrivée d'un train en gare de La Ciotat" ou "L'Arrivée d'un train à La Ciotat", França, 1895).

Os irmãos Lumière, provavelmente, não teriam qualquer intenção de dar destaque ao seu povo humilde de empregados. Eles estavam sobretudo orgulhosos de apresentar em Paris um processo original de fotografia a cores, chamado "autocromo". (...) Em alguns segundos, víamos surgir uma centena de pessoas, como se esse "povo da imagem" (os operários de Lyon) invadissem de repente a alta sociedade dos engenheiros e dos promotores industriais (os espectadores de Paris) vindos à sessão. (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 16-17)

É a partir deste apontamento, que Didi-Huberman vai conceituar este fato histórico como um paradoxo, de um “novo atlas do mundo em movimento” da representação entre “povos expostos” e “povos figurantes”, ao provocar a retratação dos papéis sociais desempenhados e chega na conclusão de que um “filme só teria justeza política na medida em que devolve o lugar e o rosto aos sem-nome, aos sem-parte na representação social habitual” (2017, p. 28). Harvey (2001, p. 187) adverte que “a concentração no espetáculo e na imagem, e não na essência dos problemas sociais e econômicos também pode se revelar deletéria a longo prazo, ainda que, muito facilmente, possam ser obtidos benefícios políticos.”

Ao escrever sobre “Mapeamentos, identidades e territórios”, isto é, sobre a cartografia social, Henri Acselrad (2010, p. 11) nos lembra que “na história da cartografia, uma aritmética política que mede o território e seus recursos em série temporais comparáveis foi o instrumento preferencial da apropriação utilitária do território”.

As experiências de mapeamento participativo e cartografia social mostram que novas questões são postas em jogo nas disputas cartográficas que concorrem para territorializar as descrições espaciais. Quando redes de organizações e agências recorrem ao conhecimento local sobre o sistema de relações pelo qual o espaço é usualmente produzido, tais iniciativas podem tanto servir a estratégias de produção e controle sobre o “território médio” da dominação, como podem servir a construir direitos territoriais e instabilizar a dominação. (Acselrad, 2010, p. 12)

Neste contexto teórico e histórico, onde o compartilhamento do espaço público emerge através da reprodução imagética, a práxis se concretiza na luta pela existência e pelo direito de habitar o espaço urbano. E é dentro desse cenário que diversas narrativas sobre a favela são produzidas e reproduzidas, refletindo as necessidades e os problemas enfrentados pelos habitantes. Assim, deste modo, este artigo busca reivindicar os recursos audiovisuais (filme, documentário, etc) como um elemento complementar de cartografia social, já que elas nos permitem observar evidências de um passado que registram um determinado período nos permite uma leitura crítica e interpretativa. Essa abordagem integrada, entre texto e imagem, possibilitou uma compreensão mais profunda das interações entre as representações fílmicas e as concepções urbanísticas, revelando como os recursos audiovisuais influenciam e refletem as dinâmicas sociais e políticas no planejamento urbano.

Portanto, a metodologia adotada para esta pesquisa baseou-se na análise fílmica combinada com uma revisão exploratória de bibliografias especializadas na área. Inicialmente, foram examinados os filmes selecionados, que tinham como tema específico a urbanização e a representação imagética da transformação urbana da região metropolitana de São Paulo, permitindo assim identificar os seus principais elementos narrativos e discursivos. Para tanto, esses filmes foram analisados em termos de conteúdo, contexto histórico, espacialização e impacto na percepção do espaço urbano. Paralelamente, realizou-se uma revisão crítica da literatura existente, incluindo artigos acadêmicos, livros e

entrevistas que discutem teorias e práticas urbanísticas relacionadas aos temas retratados nos documentários em questão.

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E A LUTA PELA MORADIA

Kowarick (2009, p. 163) afirma que as “periferias sempre existiram em São Paulo” e para corroborar com a afirmação diz que no período republicano, nas primeiras décadas, elas eram denominadas como “arrabaldes”. Ele afirma ainda:

Contudo, poucos viviam em áreas longínquas do Centro, pois o sistema de transporte, o bonde, produzia um padrão concentrado e concêntrico de expansão urbana, marcado por altas densidades populacionais. Havia o tramway da Cantareira e a linha de bonde de Santo Amaro, nas margens das quais surgiram pequenos núcleos populacionais: o transporte era caro, o que tornava a ida para onde estavam as oportunidades de trabalho bastante dispendiosa para os que moravam nesses locais, população naquele tempo ainda composta por uma maioria de estrangeiros e seus descendentes (Kowarick, 2009, p. 163).

De acordo com Bonduki (1998, p. 261), o surgimento das favelas em São Paulo se deram na década de 1940 como resultado da crise de habitação chocando “a elite paulistana, orgulhosa do progresso de sua cidade, renovada com avenidas modernas e arranha-céus” (p. 262) e que o “estranhamento dos paulistanos com a favela durou mais de três décadas, em que a questão foi tratada sob a ótica da repressão, reeducação e remoção” (p. 263). A São Paulo do início do século XX era uma “metrópole de contrastes, mas escondia bem sua pobreza, nos porões dos cortiços pouco visíveis e numa periferia ainda inacessível e ocupada de modo esparsa” (p. 262) e desta forma Bonduki reiterou que a visibilidade do surgimento da favela era o “símbolo dos novos tempos”:

Elas significavam uma resistência dos inquilinos em deixar as áreas mais centrais e mudar-se para a periferia. Sem alternativa de moradia compatível com sua renda em local próximo ao emprego, famílias despejadas ou recém-chegadas passaram a ocupar terrenos baldios, onde confeccionavam barracões com madeira e outros materiais improvisados: “A Avenida do Estado está se transformando num reduto de favelas, construídas por pobres famílias que não têm onde morar” (HOJE, 25/10/1945). Muitas das favelas surgidas nesse período, como a da Baixada do Penteado, Ibirapuera, Canindé, Ordem e Progresso, Lapa, Vila Prudente, Vila Guilherme, Piqueri, Tatuapé e Vergueiro, localizavam-se nas várzeas dos rios Tietê e Tamanduateí - públicas e ociosas devido à dificuldade de ocupação -, próximas ao centro ou às áreas industriais (Bonduki, 1998, p. 261 - 262)

O período da década de 1970 foi marcado pelo início das discussões sobre o problema habitacional e pela ausência de uma política nacional de habitação que atendessem aos processos de transformação acelerada da urbanização resultante da aceleração industrial. Conforme apontado por Arns e companhia (1976, p. 29) no livro “São Paulo 1975 Crescimento e Pobreza”, com a consolidação das rodovias aliado às altas taxas de migração, “São Bernardo e Diadema a Sudeste, Guarulhos ao Norte e Osasco a Noroeste passam, em

momentos diferentes, por um rápido processo de industrialização” e que desta forma “cada um desses núcleos, por sua vez, cria a sua própria periferia”.

O vertiginoso crescimento demográfico da Região, que entre 1960-1970 foi de 5,5% ao ano, junto com o processo de retenção dos terrenos à espera de valorização, levou ao surgimento de bairros cada vez mais distantes. Amontoam-se populações em áreas longínquas, afastadas dos locais de trabalho, impondo-se distâncias de deslocamento cada vez maiores. Acentua-se o processo de criação de “cidades-dormitórios”, verdadeiros acampamentos desprovidos de infraestrutura. Neste contexto, além do trabalho e da moradia, os transportes passam a ser um dos problemas cruciais. (Arns et al., 1976, p. 30-31)

Conforme apontado por Taschner e Mautner (1982, p. 20) ao se referirem sobre as alternativas habitacionais e as formas pelas quais são conceitualizadas, dizem que “a habitação das camadas populares em São Paulo tem-se categorizado em algumas alternativas fundamentais, conforme o “*status*” jurídico do terreno (invadido ou comercializado) e a densidade do “*habitat*” (individual ou coletivo)”. E que estas categorias não são rígidas, pois “dentro delas vão existir diversas modalidades, quanto aos materiais de construção, formas de produção, situação de propriedade, localização etc” e as autores propõem um esquema analítico:

Tabela 1: Esquema analítico sobre as alternativas habitacionais

		TERRENO	
		Invadido	Comercializado
Individual			“periferia” (produção direta e locação)
	Favela		cortiços
Habitat			conjuntos habitacionais de interesse social
	Coletivo	Invasões de unidade acabadas	pequenos apartamentos tipo kitchenette

Nota: Estas categorias foram esquematizadas em 1982, portanto outros autores avançaram nas discussões atuais.
Fonte: Taschner e Mautner (1982, p. 20).

Desta forma, as favelas são áreas de ocupação alternativa do espaço urbano como uma resposta da exclusão social e um símbolo da resistências, que é realizada de maneira espontânea, isto é, sem planejamento prévio, o que muitas vezes acarreta diversos problemas estruturais, principalmente de locomoção, ventilação e falta de iluminação. Precisando então que o Estado intervenha na solução desses problemas. Assim, temos o

pressuposto de que, a partir do final da década de 1970, constituiu-se um novo paradigma na relação entre favelas e Estado no Brasil. Esse novo paradigma deixava de lado, ou em segundo plano, as formas anteriores de intervenção baseadas na erradicação e reconhecia o direito dos moradores de favelas e assentamentos precários de permanecer em seus locais de moradia e de receber investimentos públicos que permitissem melhorar as suas condições de vida por meio da instituição de infraestrutura e de serviços básicos. Essa forma de intervenção nos assentamentos precários foi definida como urbanização de favelas ou como urbanização de assentamentos precários. (Cardoso, Silva e Denaldi, 2022, p. 11)

Evidenciando a complexidade do processo de urbanização, não só das questões relacionadas ao processo de autoconstrução das moradias, mas também da própria cidade periférica. E destaca também os enfrentamentos aos loteamentos clandestinos ou irregulares

Em 1979, o BNH instituiu um novo padrão de política habitacional para as favelas, com a criação do Programa de Erradicação de Subhabitação (Promorar). Tendo desativado os programas de remoção de 1974, o BNH já tinha criado dois programas ditos “alternativos” (AZEVEDO, 1988), o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (Profilurb), em 1975, e o Programa de Financiamento de Materiais (Ficam), em 1977, ambos voltados para ampliar o acesso da população de mais baixa renda à moradia, tendo como base processos de autoconstrução. Esses programas já estão alinhados com as diretrizes que serão discutidas e aprovadas na I Conferência do Habitat em 1976, e que passarão a orientar as políticas de fomento das instituições internacionais (Cardoso, Silva e Denaldi, 2022, p. 35)

O processo de urbanização, tal qual definido por Harvey (2005, p. 168) se caracteriza como sendo um “conjunto espacialmente estabelecido dos processos sociais” e que “produz diversos artefatos: formas construídas, espaços produzidos e sistemas de recursos de qualidades específicas, todos organizados numa configuração espacial distintiva”. Assim sendo, estes artefatos, ao estabelecerem “arranjos institucionais, formas legais, sistemas políticos e administrativos, hierarquias de poder etc”, deverão ser levados em consideração na ação social e o autor ainda ressalta que “a consciência dos moradores urbanos influencia-se pelo ambiente da experiência, do qual nascem as percepções, as leituras simbólicas e as aspirações”.

A condição capitalista é tão universal, que a concepção do urbano e da “cidade” também se torna instável, não por causa de alguma definição conceitual deficiente, mas exatamente porque o próprio conceito tem de refletir as relações mutáveis entre forma e processo, entre atividade e coisa, entre sujeitos e objetos. [...] O poder de organizar o espaço se origina em um conjunto complexo de forças mobilizadas por diversos agentes sociais. (Harvey, 2005, p. 168-169)

O tratamento da questão urbana no Brasil, tal qual exposto por Maricato (1996, p. 39), se caracteriza por combinar uma “visão burocrática, cartorial, com um pragmatismo exacerbado” e que “na cidade, como no campo, a terra constitui um nó para a sociedade brasileira”. “O direito à moradia e à cidade exigem a superação de duas heranças do Brasil arcaico, que estão sedimentadas no procedimentos estatais: a concentração dos investimentos públicos seguindo a lógica da valorização imobiliária e a legislação urbanística (propriedade fundiária e imobiliária, parcelamento, zoneamento, código de obras etc.), que se pretende moderna, mas que tem o efeito de contribuir com a escassez de moradias e o atraso tecnológico na construção civil”. “Os intelectuais pensam a cidade enquanto que mãos mais pragmáticas definem prioridades de ação e investimentos” (p. 40). “Além da legislação fundiária é preciso democratizar os investimentos urbanos, e em especial os investimentos públicos”.

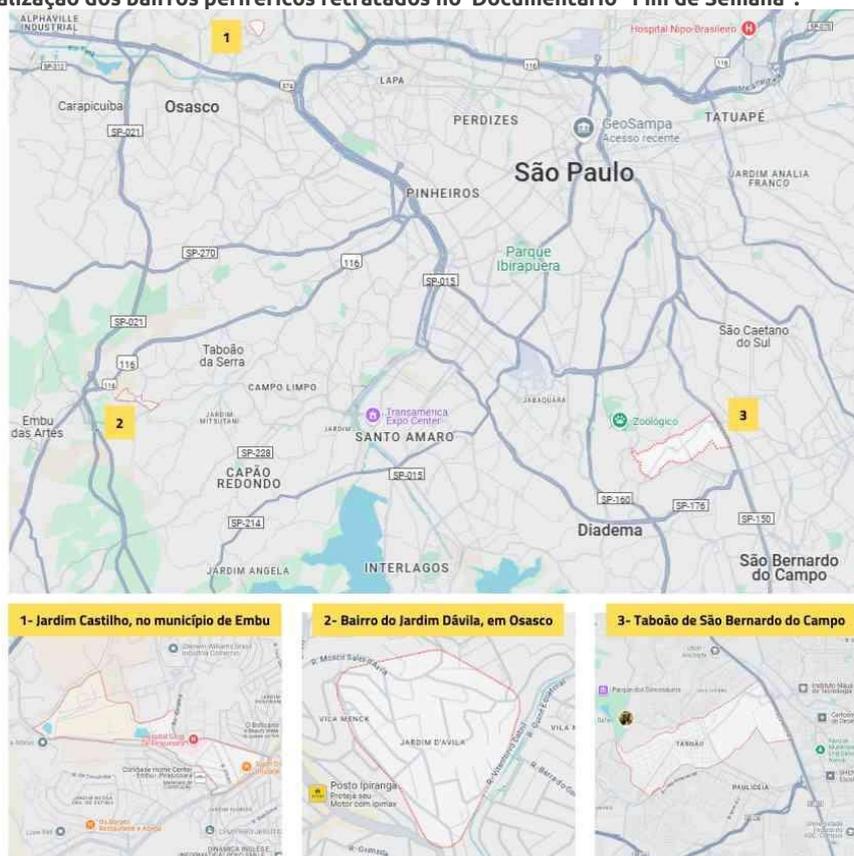
De um lado estão os Planos Diretores, cuja eficácia se restringe às áreas do mercado imobiliário privado. Alguns urbanistas já admitem que a detalhada legislação de zoneamento contribuiu decisivamente para a carência habitacional e para a segregação urbana, na medida em que alimentou a relação de monopólio do capital imobiliário sobre localizações valorizadas. A convivência da regulação detalhista com vastas regiões ocupadas ilegalmente por favelas, loteamentos irregulares e cortiços, numa mesma cidade, como acontece em todas as capitais brasileiras, não é fruto do acaso. (Maricato, 1996, p. 39)

A CONSTRUÇÃO DA MORADIA AOS FINS DE SEMANA

O documentário realizado em 1975 (Figura 2) retrata o cotidiano da autoconstrução realizada em mutirões em bairros periféricos localizados em três municípios da Grande São Paulo (Figura 2), sendo eles Taboão de São Bernardo do Campo (fronteira com a Zona Sul da região metropolitana de São Paulo); Bairro do Jardim Dávila, em Osasco (fronteira com a Zona Oeste da região metropolitana de São Paulo) e Jardim Castilho, no município de Embu (fronteira com a Zona Sul da região metropolitana de São Paulo). Conforme visualizamos no mapa (Figura 2) podemos perceber que as localidades escolhidas estão em extremos opostos formando um triângulo expandido, quase como uma referência ao triângulo histórico de São Paulo na região central.

A autoconstrução, o mutirão, a auto-ajuda, a ajuda mútua são termos usados para designar um processo de trabalho calcado na cooperação entre as pessoas, na troca de favores, nos compromissos familiares, diferenciando-se portanto das relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho. (Maricato, 1982, p. 71)

Figura 2: Localização dos bairros periféricos retratados no Documentário “Fim de Semana”.



Elaboração própria. Fonte: Google Maps (2024).

O documentário é composto por cenas que se intercalam entre o depoimento dos moradores dessas regiões, de cenas mostrando o trabalho árduo e braçal de construção das casas, e conseqüentemente da própria cidade, da produção dos tijolos e também de panorâmicas que mostram uma visão ampliada dos bairros. De acordo com Maricato (2016): “Nele eu pretendia mostrar o universo absolutamente desconhecido da moradia dos trabalhadores nas periferias de São Paulo. O conhecimento dessa realidade teve como pioneiros estudos e pesquisas de Carlos Lemos e Maria Ruth Amaral de Sampaio”.

O processo de construir a própria residência é longo e penoso. Penoso pois as tarefas envolvem acentuado esforço físico que, no mais das vezes, é realizado nos fins de semana. Longo porque, segundo pesquisa realizada no final da década de 1970, a maioria das casas não está pronta depois de decorridos mais de dez anos de trabalho na sua construção (Kowarick, 2009, p. 167)

Figura 3: Cartaz de divulgação do Documentário “Fim de Semana”.



Fonte: Filmow (2014).

O documentário inicia com um plano aberto mostrando habitações que se consolidaram no morro. Nota-se ruas que ainda não estão asfaltadas (bairro do Taboão). Temos o relato de um morador (figura 6, imagem 55 a 57) que diz ter ido morar nos idos de 1959 quando ainda era tudo matagal, na Rua Dinamarca. Na época, ainda realizavam caçadas de animais silvestres, como o pássaro Inhambu. Relata que fizeram uma picada de foice para abrir a passagem e só havia três moradores. O bairro começou a crescer após o ano de 1963 em ocasião do desenvolvimento industrial, processo esse que permitiu algumas melhorias nas condições de vida. Logo em seguida o narrador profere o seguinte texto: “Estamos na fronteira da expansão urbana. Nos loteamentos recentes, a cidade já se mistura com o campo. Aqui a cidade continua a crescer”.

Muitos são os nomes usados para designar essa forma de construção: casas domingueiras, casas de periferia, casas próprias autoconstruídas, casas de mutirão. A característica básica, porém, é serem edificadas sob gerência direta de seu proprietário e morador: este adquire ou ocupa o terreno; traça, sem apoio técnico, um esquema de construção; viabiliza a obtenção de materiais; agencia a mão-de-obra, gratuita e/ou remunerada informalmente; e em seguida ergue a casa. (BONDUKI, 1998, p. 281)

Corta para o concreto verticalizado do centro financeiro da avenida paulista (Figura 4). Nela vemos na imagem o prédio que abriga hoje a “Fiesp, Ciesp, Sesi e Senai” ainda em construção. Em uma das cenas é possível observar os trabalhadores da construção civil, criando uma rima visual, ela nos faz induzir, que alguns destes trabalhadores podem ser os

mesmos que trabalham nos finais de semanas construindo suas próprias casas ou de pessoas próximas. As Informações técnicas surgem na frente das formas concretas do edifício com o nome das pessoas que trabalharam na produção do documentário com uma ópera de fundo.

Figura 4: Frames da vinheta de introdução do Documentário “Fim de Semana”.



Nota: Nome e função das pessoas que atuaram na realização do documentário. Fonte: “Fim de Semana” (1975).

O segundo relato (Figura 6, imagens 81 e 82) nos mostra o morador juntando cimento para unir os blocos de tijolo e levantar uma parede, enquanto escutamos a seguinte resposta para a pergunta formulada pelos entrevistadores, que por dedução, supomos ser próxima a: “Porque você veio para cá?”

Para evitar o aluguel, que está muito caro, compreende? Então eu me sujeitei a comprar o material, fazer logo um cômodozinho, uma cozinha. E mudar para cá, depois a gente vai fazendo aos poucos, até que chegue a conclusão que a gente pode atingir uma casinha que está no nível da gente. Três cômodos, entende? A gente está vivendo aí porque o aluguel está uma barbaridade. Muito caro, uma casa de dois cômodos, mesmo numa vila que nem essa, é 500 cruzeiro. (FINAL DE SEMANA, 1975, min. 4:31 a 5:00)

Figura 5: Frames organizados que mostram os planos abertos das favelas retratadas no Documentário “Fim de Semana”.



Nota: Por similaridade, as imagens foram unidas de modo a tentar separar os 3 bairros (24-29, 30-35 e 36-43).

Fonte: “Fim de Semana” (1975).

Evitando a descrição excessiva do documentário, podemos sintetizar que o conjunto de relatos coletados junto com o registro da situação dos moradores, evidenciam uma forma de crescimento da cidade em que a casa própria como sonho a ser realizado, se concretiza a partir do construir com recursos próprios nos momentos em que não estão no mercado de trabalho. Por este motivo a alusão ao nome do documentário é essa, isto é, construção realizada aos finais de semana. Como consequência do método de construção “tijolo a tijolo”, o resultado é um processo que pode durar vários anos, 10 anos ou mais, ressaltado no relato: “com sacrifício, algum dia ainda termino”. No conjunto das obras, se resalta os modelos padronizados, que de acordo com o narrador “a criatividade popular não encontra condições mínimas para se manifestar”.

Técnicas construtivas rudimentares e falta de planejamento da obra implicam constantes perdas de material, reparos ou reformas, redundando, depois de anos de trabalho coletivo, em moradias que apresentam defeitos de acabamento, circulação ou insolação, com baixa qualidade de conforto ambiental. Os cômodos vão sendo construídos um após o outro ou na parte superior do imóvel, em razão da imperiosa equação necessidade-disponibilidade

financeira, sem que haja uma programação na continuidade da obra: ela é parte de uma estratégia que deve ser decidida em função da inserção produtiva de cada membro da família e de seus rendimentos, principalmente de seu chefe (Kowarick, 2009, p. 167-169)

Casas ainda por finalizar na qual podem morar até 12 pessoas, e que dependendo da família, esse número pode exceder. Essa situação é exemplificada nas 4 casas construídas no terreno de Seo Amadeo (Figura 6, cenas 73 a 75) em que havia 21 pessoas apinhadas com móveis aglomerados no pouco espaço existente. Relato dos interiores das casas: abafados, úmidos e escuros (Figura 10, cenas 166 e 167).

A peça audiovisual também nos mostra o processo da migração, assim dizendo, famílias vindas de outros estados ocuparam os terrenos e inicialmente construíram suas moradias sem serviços públicos como saneamento básico. Não obstante, a situação dessa realidade (Figura 10, cenas 163 e 164) era constituída por poços geralmente cavados perto da fossa. Uma das reportagens da Folha de São Paulo de 16 de novembro de 1975, em que o título foi gravado e serviu como cena em “Loteamento Clandestino” (Figura 15), possui dois mapas que retratam a região metropolitana de São Paulo com os seguintes enunciados: “Um privilégio: a rede de água” e “Poços e fossas se confundem”; na qual expõe o problema do esgoto a céu aberto. E de acordo com o próprio documentário, um relatório governamental relatava que 90% dos poços estavam contaminados. Portanto, os desafios para a urbanização de favelas nesse primeiro momento estava preocupado com a implantação de redes de água e esgoto, drenagem, acesso viário e outros serviços públicos essenciais para a manutenção da vida, como creches, hospitais, escolas e áreas de lazer (Cardoso, Silva e Denaldi, 2022).

Outro fato exposto, é o processo de endividamento na compra do terreno e do material, que era uma despesa que deveria estar incluída no seu salário, conclui o próprio documentário, e ainda afirma que o trabalhador está produzindo um excedente: poupando capitais que vão servir não para ele, mas para o crescimento industrial. A falta de dinheiro, conseqüentemente, como pode ser visto nas figuras 8, 9 e 10, acarretará em habitações precárias.

A imagens retratam um momento anterior a várias políticas habitacionais que vieram para mitigar e solucionar parte dos problemas relativos à questão urbana, tais quais, o programa Habitat e o programa de “Produção de Habitação em Mutirão e Autogestão” implementado pela prefeitura de São Paulo durante a gestão Luiza Erundina (1989-1992) que contava com a parceria de 108 associações comunitárias de construção e 24 entidades de assessoria técnica e que beneficiaram mais de 60 mil pessoas (BONDUKI, p. 180, 1996).

Um política habitacional da época, retratada nas suas contradições, expõe aqueles que não foram beneficiados pelos programas promovidos pela criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) em 1964, que foi inspirado pela proposta de Reforma Urbana de Petrópolis (1963) que previa a democratização do acesso à habitação. Programa este que na sua prática, como ressalta Maricato (1996, p. 40), “caminharam no sentido inverso das

intenções expressas". Assim, a possibilidade de comprar a casa pelo BNH, não era permitido, já que o salário era pequeno e o aluguel alto junto com outros custos, impossibilitava, para muitos, a reserva de capital para o financiamento. O documentário nos traz o relato da senhora (figura 6, cena 76 a 78), que pela impossibilidade de pagar aluguel na região central, fez com que sua família realizasse o ato de comprar um terreno no "campanário", que segundo ela, era um loteamento "quase" clandestino.

Se o sistema SFH/BNH financiou um razoável número de moradias em toda sua vida (mais de 18 milhões), é verdade também que os recursos envolvidos obedeceram frequentemente à lógica geral da agressão ambiental, concentração de rendas, do superfaturamento, do clientelismo e da corrupção. (Maricato, 1996, p. 40)

Figura 5: Frames organizados que mostram detalhes das precariedades das favelas retratadas no Documentário "Fim de Semana".



Nota: Erosão, casas inacabadas, portão de madeira e ruas de terra. Fonte: "Fim de Semana" (1975).

Figura 6: Frames organizados que mostram os moradores entrevistados/registrados das favelas retratadas no Documentário "Fim de Semana".



Nota: Líderes Comunitários. Fonte: "Fim de Semana" (1975).

Figura 7: Frames organizados que mostram os moradores registrados das favelas retratadas no Documentário "Fim de Semana".



Nota: Retratos da infância.

Fonte: "Fim de Semana" (1975).

Figura 8: Frames organizados que mostram os moradores em regime de mutirão na autoconstrução de suas moradias no Documentário "Fim de Semana".



Nota: Todos trabalham na construção das moradias: crianças, mulheres, idosos, etc.

Fonte: "Fim de Semana" (1975).

Figura 9: Frames organizados que mostram detalhes das fachadas das moradias e dos equipamentos públicos registrados no Documentário "Fim de Semana".



Nota: As 5 imagens que registram as roupas estendidas no varal, evidenciam o trabalho doméstico.

Fonte: "Fim de Semana".

Figura 10: Frames organizados que mostram detalhes das moradias no Documentário "Fim de Semana".



Nota: Fossas, precariedade do interior das moradias, eletrodomésticos e figuras familiares, religiosas e populares.

Fonte: "Fim de Semana" (1975).

Figura 11: Frames organizados que mostram imobiliárias e lojas de materiais de construção registradas pelo Documentário "Fim de Semana".



Nota: -

Fonte: "Fim de Semana" (1975).

A QUESTÃO DO LOTEAMENTO CLANDESTINO

O documentário retrata os protestos por escrituras de áreas que foram ocupadas irregularmente (áreas de proteção de mananciais, etc), a falta de fiscalização nas suas dimensões urbanísticas, jurídica e administrativa e ainda revelam os desafios enfrentados pelos moradores para que possam conquistar a regularização fundiária e assim terem acesso equânime aos serviços públicos e o exercício pleno da cidadania. Uma das músicas que servem de trilha sonora para a obra audiovisual entoa as seguintes frases: "Trabalhei muito para comprar um dinheirinho / Mas consegui comprar meu terreninho / Fui comprar logo um terreno clandestino"

A despeito dos evidentes e conhecidos problemas que esse modelo de ocupação (ilegal, clandestina, antiurbana, insalubre, precária e contrária aos princípios da técnica urbanística) trariam para a cidade no futuro, formou-se uma espécie de conluio branco entre loteadores, compradores, Executivo, Legislativo e Judiciário para não se criar empecilhos ao livre desenvolvimento desse tipo de empreendimento. A liberdade com que se processou, durante décadas, a transformação, sem projeto nem obras, de glebas rurais em lotes teoricamente

urbanos, foi decisiva para a difusão do sistema de auto-emprego. (...) A forma como o Executivo e o Legislativo (nos âmbitos municipal, estadual e federal) trataram - ou deixaram de tratar - a expansão dos loteamentos e suas condições de ocupação e comercialização, foi decisiva para a consolidação do modelo de produção baseado no auto-emprego. (BONDUKI, 1998, p. 286-287)

De acordo com Maricato (2016), o filme “nasceu para ser um instrumento pedagógico de corte paulofreyreano” para conscientizar as famílias que eram vítimas de imobiliárias que atuavam no mercado informal. Onde “pretendia explicar aos compradores de loteamentos ilegais porque não eram donos formais de seus lotes após comprar e pagar a imobiliárias que os vendiam em plena luz do dia”. A autora confessa que utilizou encenações, “por meio de um teatro, o papel do loteador e da prefeitura”, como recurso para fugir do controle que a ditadura exercia sobre os produtos comunicacionais.

A omissão do poder público na expansão dos loteamentos clandestinos fazia parte de uma estratégia para facilitar a construção da casa pelo próprio morador que, embora não tivesse sido planejada, foi se definindo na prática, como um modo de viabilizar uma solução habitacional “popular”, barata, segregada, compatível com a baixa remuneração dos trabalhadores e que, ainda, lhes desse a sensação, falsa ou verdadeira, de realizar o sonho de se tornarem proprietário.

Com a expansão periférica garantia-se dois objetivos há décadas buscados pela elite: desadensar e segregar. Deste modo, os investimentos públicos poderiam ser concentrados nas áreas habitadas pela classe média e alta e, por outro, seria viabilizada uma alternativa de baixíssimo custo para que os trabalhadores tivessem acesso à casa própria, sem onerar o poder público e o setor privado. Para desespero de técnicos e urbanistas da Prefeitura, incapazes de resistir a um processo selvagem de urbanização, o poder público foi, de modo não programado, orientando-se para esse objetivo, sem dar ouvidos aos que clamavam por uma cidade ideal - que esta ficasse restrita aos “oásis” edificadas pelos IAPs como demonstração da preocupação social do governo. (BONDUKI, 1998, p. 288)

Figura 12: Frames do Documentário "Loteamento Clandestino".



Nota: Frames organizados em ordem de aparecimento.

Fonte: "Fim de Semana" (1978).

Figura 13: Frames do Documentário “Loteamento Clandestino”.



Nota: Frames organizados em ordem de aparecimento.

Fonte: "Fim de Semana" (1978).

Figura 14: Frames do Documentário "Loteamento Clandestino".



Nota: Frames organizados em ordem de aparecimento.

Fonte: "Fim de Semana" (1978).

Figura 15: Página do Jornal Folha de São Paulo filmado no Documentário “Loteamento Clandestino”.

24 - 3ª edição - LOCAL FOLHA DE S. PAULO Domingo, 16 de novembro de 1973

A cidade clandestina que São Paulo esconde

UMA CIDADE que cresce sem planejamento, sem controle, sem limites, que se espalha por áreas não destinadas a habitação, que ocupa terrenos baldios, áreas de preservação ambiental, zonas de risco, que se desenvolve à margem da cidade planejada, que vive à sombra da cidade oficial, que se alimenta da cidade planejada, que se desenvolve à margem da cidade planejada, que vive à sombra da cidade oficial, que se alimenta da cidade planejada...



Um privilégio: a rede de água

Posse e fossas se confundem

Nas avenidas, a profetecia

Dois direções no crescimento

Quatro milhões, baixa renda

VENDO APARAS DE 1.ª
Tratar c/ Sr. GENNARO, Al. Barão de Limeira, 425
Fone: 220.0011 - Ramal 184.

ÓTIMA OPORTUNIDADE TORREFAÇÃO DE CAFÉ VENDE-SE
Magnificamente bem instalada, equipamentos novos e modernos. Na Alta Mogiana com rede de distribuição em todo interior do Estado, muito bem organizada Movimento por volta de Cr\$ 1.000.000,00 mensal. Aceita-se bens imobiliários como parte do pagamento. Tratar à Rua Venceslau Brás, 78 - 4.º andar - sala 401 - Capital.

DESEMPREGO POPULACIONAL E DESERTEJO DEMOGRÁFICO	
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	
População residente em 1970	3.400.000
População residente em 1973	4.000.000
População residente em 1976	4.500.000
População residente em 1979	5.000.000
População residente em 1982	5.500.000
População residente em 1985	6.000.000
População residente em 1988	6.500.000
População residente em 1991	7.000.000
População residente em 1994	7.500.000
População residente em 1997	8.000.000
População residente em 2000	8.500.000
População residente em 2003	9.000.000
População residente em 2006	9.500.000
População residente em 2009	10.000.000
População residente em 2012	10.500.000
População residente em 2015	11.000.000
População residente em 2018	11.500.000
População residente em 2021	12.000.000

Nota: -

Fonte: "Fim de Semana" (1975).

Figura 16: Frames do Documentário "Loteamento Clandestino".



Nota: Frames organizados em ordem de aparecimento.

Fonte: "Fim de Semana" (1978).

Figura 17: Frames do Documentário "Loteamento Clandestino".



Nota: Frames organizados em ordem de aparecimento.

Fonte: "Fim de Semana" (1978).

Figura 19: Frames do Documentário "Loteamento Clandestino".



Nota: Frames organizados em ordem de aparecimento.

Fonte: "Fim de Semana" (1978).

CONCLUSÃO

A análise dos documentários 'Fim de Semana' e 'Loteamento Clandestino', de Ermínia Maricato e Renato Tapajós, permite perceber que seu sentido político, principalmente nos debates relativos à habitação e à urbanidade — que ganham contornos muito próprios no cinema, de modo a fazer o espectador a se indagar e também a se indignar pelas cenas enunciadas.

Amplificar a voz e dar vez para diversos atores sociais em suas narrativas para o estudo urbanístico, especialmente no que se refere à criação de uma imagem urbana de contraponto ao imaginário social estereotipado, tem profundas consequências políticas e sociais. Em outros termos, o papel das narrativas urbanas vai além do aspecto técnico, abrangendo aspectos políticos e educativos significativos. O reconhecimento e a integração dessas narrativas resultam em provocações que podem influenciar diretamente na prestação de serviços de planejamento urbano. Observou-se assim que esse tipo de

produção pode ser fundamental para a formação de profissionais qualificados, como as assessorias técnicas, ao oferecer detalhamentos que são essenciais para a prática urbanística. Como ferramenta de militância, através da denúncia e da promoção de diálogo com os poderes públicos, essas narrativas audiovisuais funcionam como instrumentos valiosos na regularização e urbanização de favelas.

Ao ajudar no diálogo público perante a sociedade civil, podem evitar remoções forçadas decorrentes de processos de reintegração de posse, que muitas vezes são fonte de conflitos urbanos e fundiários. Essas narrativas audiovisuais, como recurso informativo e educativo, contribuem para compreensão e para uma atuação mais esclarecida e informada sobre o espaço urbano, permitindo uma abordagem mais consciente e integrada no processo de planejamento e gestão das cidades.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri (org). VIANNA Jr, Aurélio [et al.]. **Cartografia social e dinâmicas territoriais**: marcos para o debate. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.
- ARAVECCHIA-BOTAS, Nilce; DE CASTRO, Ana Claudia Veiga. **Fim de semana y Loteamiento clandestino**: aproximaciones al universo popular de la vivienda en São Paulo (1970-1990). Ensayo: Revista de arquitectura, urbanismo y territorio, v. 1, n. 2, p. 13-35, 2021.
- BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.
- DE CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira. **São Paulo 1975**: crescimento e pobreza. Edições Loyola, 1976.
- DIDI-HUBERMAN, G. Povos expostos, povos figurantes. **Vista**, [S. l.], n. 1, p. 16-31, 2017.
- HARVEY, David. Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In: **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Ed. 34, 2009.
- MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, A Arquitetura Possível. In: **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e Cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

MARICATO, Ermínia. **2 opiniões sobre “filmes: fim de semana (1975) e loteamento clandestino (1978)” (2016)**. Disponível em:
<https://erminiamaricato.wordpress.com/producao/filmes/>. Acesso em: 03 de dezembro de 2024.

MARICATO, Ermínia. (1975). **Fim de semana** [película] (30'). Recuperado de
<https://www.youtube.com/watch?v=gDm-vajAtrM>

MARICATO, Ermínia. (1978). **Loteamento clandestino** [película] (24'). Recuperado de
<https://www.youtube.com/watch?v=FKZY5yDyWS4>

MARICATO, Ermínia. **Política habitacional no regime militar**: do milagre brasileiro à crise econômica. 1987.

SILVA, Madianita. CARDOSO, Adauto. DENALDI, Rosana (org.). **Urbanização de favelas no Brasil**: trajetórias de políticas municipais. 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

TASCHNER, Suzana Pasternak. MAUTNER, Yvonne. **Habitação da pobreza**: alternativas de moradia popular em São Paulo. São Paulo, FAUUSP, 1982.